

História, literatura e estudos organizacionais: novos olhares sobre as obras de Jorge Amado

Fabiane Louise Bitencourt Pinto

Elizabeth Matos Ribeiro

INTRODUÇÃO

As interpretações ora apresentadas compreendem achados e reflexões produzidos no âmbito de uma dissertação de mestrado em Administração, realizada por Pinto (2013) no Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA, cujo tema integrou os estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa *Bases Teóricas e Metodológicas da Administração Política*. Merece destacar que o objetivo central da pesquisa dissertativa ao propor integrar as contribuições das obras amadianas foi somar esforços às reflexões empreendidas pelo mesmo grupo de pesquisa sobre os contributos das obras machadianas ao pensamento administrativo



brasileiro, bem como e de uma forma mais ampla, se vinculou aos estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos de Administração Brasileira – ABRAS do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd) da Universidade Federal Fluminense (UFF), núcleo o qual desenvolve e dissemina pesquisas com ênfase na formação sócio histórica, política, econômica e cultural da Administração Pública brasileira à luz das contribuições dos grandes pensadores e literatos nacionais.

Corroboramos, portanto, com Vizeu (2010), o qual destaca que a Administração e as organizações no Brasil somente serão satisfatoriamente compreendidas no momento em que a academia buscar ampliar o entendimento destas a partir dos seus próprios referenciais histórico-culturais.

Nosso texto, desse modo, tem como pretensão, a fim de promover reflexões e discussões, tangenciar a História, a Literatura e a Administração Política, realçando seus pontos de convergência entre os quais merecem ser destacados alguns mais relevantes, a saber: o entendimento da indissociabilidade dos fenômenos administrativos dos demais fenômenos sócio históricos, políticos, econômicos e culturais que representam, pois, os resultados das relações sociais de produção de toda sociedade; e como consequência direta do primeiro aspecto o reconhecimento de que o *locus* onde estas relações concretas são materializadas e reproduzidas, que reflete – e que representam também sua dimensão simbólica.



Assim compreendemos como valiosa a contribuição para os estudos organizacionais e mais amplamente, para o pensamento social brasileiro dos literatos como intérpretes do Brasil.

Como fio condutor das nossas reflexões se encontra a base teórica e metodológica da Administração Política¹, caminho escolhido na análise contextualizada dos padrões sócio, políticos e administrativos que orientaram a sociedade brasileira e baiana, de modo particular, nos idos do final do Século XIX até alcançar os anos de 1950 do século passado, à luz da leitura de obras amadianas selecionadas.

Merece destacar que o exercício de integrar conjugações interpretativas próprias para promover uma compreensão mais ampliada e crítica sobre o pensamento administrativo brasileiro revela-se um esforço acadêmico relevante e acaba por exigir a difusão dos ainda insipientes resultados alcançados na pesquisa dissertativa, de modo a abrir espaços de debates e ou a potencializar outros estudos dessa natureza que podem contribuir não apenas para uma compreensão mais crítica e contextualizada dos estudos organizacionais, mas também como meio importante para o processo formativo de administradores.

¹ Para uma leitura mais ampliada sobre o papel político e social da administração ver os estudos realizados por Ramos (1947), Ribeiro (2006a; 2006b), Santos e Ribeiro (1993), Santos (2009), Santos, Ribeiro e Chagas (2009), Cristaldo (2009), Azevedo e Grave (2014), Santos Leal (2014), entre outros.

Com base na definição trazida por Pieranti (2005, p. 8) sobre a Historiografia e sua aplicabilidade ao campo da Administração no Brasil contemporâneo, é possível reconhecer que o uso da História não é um fenômeno novo como recurso relevante que ajuda na interpretação dos fenômenos administrativos. Nesse sentido, merece destacar a afirmação feita pelo autor ao considerar que

Mais que instrumento para a investigação, a História é disciplina e entendimento dos quais derivam formas específicas de observação dos fatos. Entender a História como linha mestra e explicativa dos acontecimentos não significa sobrepô-la à Administração e seus tradicionais mecanismos de coleta de dados e análise dos mesmos; significa, sim, compreender a interpretação com base histórica como um dos caminhos possíveis à investigação em Administração, notadamente no que se refere a problemas de pesquisa no âmbito público. Significa, enfim, acreditar que políticas públicas e relações de poder, por exemplo, têm fortes bases históricas e que, portanto, podem ser explicadas por métodos de pesquisa ligados a essa disciplina.

Nessa mesma direção, Costa (2010, p. 289) reforça esse argumento destacando que “a aproximação entre administração e história não é recente, mas ainda não avançou substancialmente de forma a viabilizar todo o seu potencial ontológico, epistemológico e metodológico”.

Corroborando com essa percepção interdisciplinar entre a historiografia e o campo da administração, destacando especialmente as contribuições da chamada história nova, Booth e Rowlinson (2006) enfatizam que .

(...) Identificar as visões provenientes do acirrado debate entre as perspectivas da história tradicional e da história nova no campo da Administração pode contribuir para: a) [uma] melhor compreensão dos fenômenos administrativos; b) [a] formação de pesquisadores mais conscientes de seus caminhos de pesquisa; e c) [para o] fortalecimento da interdisciplinaridade por meio da criação de vínculos mais profundos entre as áreas.

Quanto à relevância do papel da literatura para enriquecer o processo interpretativo do pensamento administrativo, Fischer *et al.* (2007) ressaltam que a literatura deve ser usada por pesquisadores da área da administração como recurso de investigação importante tendo em vista ser a memória literária um expediente inestimável e inesgotável de informações sobre os aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e administrativos.

A Literatura tem sido cada vez mais frequentada pelos historiadores e mais recentemente por administradores e economistas², na tentativa de alargar e aprofundar as formas como é possível entrar em contato com o passado e com os novos olhares permitidos a partir de outras perspectivas interpretativas. Fundamentando a interação da história com a literatura, Com esse recurso é possível resgatar a maneira como os homens representavam a si próprios e à realidade através do texto literário. O que significa que esse recurso poderá dar indícios dos sentimentos, das emoções, das maneiras de falar, dos códigos de conduta partilhados, da gestualidade e das ações sociais de outros tempos.

Admitindo que os recursos da História e da Literatura contribuem de forma relevante para enriquecer as bases interpretativas do viver socialmente organizado, restava-nos definir qual a concepção teórica e empírica que se reconhece como relevante para a promoção da inter-relação de campos convergentes do saber e das práticas sociais. Naturalmente não se adotará como referência de análise a visão racional e instrumental tradicional assumida pela Administração Científica, desde o início do século XX. A abordagem admitida será, portanto, o da teoria da Administração Política que integra um movimento crítico

² Ver Franco, G. (2007). *A economia em Machado de Assis: um olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

mais amplo que emerge tanto no âmbito dos Estudos Organizacionais (EOS) como também na abordagem trazida pelos Estudos Críticos em Administração (ECA).

O conceito de Administração Política está presente em diversos outros estudos críticos que denunciam os limites da Administração Científica para realizar uma interpretação mais aprofundada acerca da realidade social e organizacional. Dentre os autores brasileiros que vão tratar, pioneiramente, dessa questão estão Guerreiro Ramos (1947) e João Ubaldo (1968) que, imbuídos por motivações atinentes à compreensão acerca da evolução, desafios e perspectivas impostas à Administração Pública brasileira e também à formação superior em Administração, no contexto dos anos de 1940 e 1979, avançam nos estudos sobre o tema e propõem a integração da dimensão política e sociológica nos estudos organizacionais³.

³ Conforme nos indicam Clegg e Hardy (2012, p. 32), embora não signifique tarefa fácil sua definição, estudos organizacionais compreendem a reunião de uma série de conversações de pesquisadores que ajudam a constituir organizações por meio de paradigmas, métodos e suposições; conversações progressistas, com vocábulos e termos gramaticais emergentes e com variados graus de descontinuidades. "Referem-se às organizações como objetos empíricos, à organização como discurso teórico e ao organizar como um processo social e às intersecções e hiatos entre elas e seu interior". Organizações se apresentam, portanto, como objetos empíricos, fruto de conversações, derivada de disciplinas, interações recíprocas, dinâmicas e assimétricas; compreendidas como processos sociais e lócus da ação social. Desse modo, os estudos organizacionais, "como qualquer boa conversação, a dialética é reflexiva, interlocutiva e orientada, não para um acordo final, mas para as possibilidades de entendimento (...)" em torno dos recortes e temas de pesquisa.

Nosso estudo é propositivo, portanto, tanto nas conversações propostas, quanto na perspectiva da compreensão mais ampliada de indivíduos ou grupos marginalizados em suas trajetórias cotidianas e por vezes caracterizados face a opressão que demarca suas existências, ações e papéis sociais, ditas subalternas. A literatura amadiana assim, nos convida a esta experiência.

ELEMENTOS PARA UM QUADRO DE REFERÊNCIA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: CONVERSÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA, LITERATURA E ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

Essa seção pretende apresentar, de forma breve, os fundamentos teóricos e metodológicos que justificam as inter-relações e conexões possíveis entre a História, a Literatura e a Administração Política, esta última, apresenta como objetivo central, ampliar as bases para uma leitura crítica e contextualizada sobre os fenômenos administrativos brasileiros, e neste caso o seu próprio percurso nos conduz como um dinâmico farol, pois “falar em administração política portanto, não é apenas problematizar um conceito, mas compreender um processo de construção do mesmo enquanto um movimento, de intelectuais que, em conjunto, se propõem a avançar na construção do conhecimento” (Justen *et al.*, 2017, p. 670).

História: Novos objetos, Novos problemas, Novas abordagens

Na década de 1920, a Escola dos Annales⁴, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre, propôs uma história que fosse constituída não apenas por fatos singulares, de ordem política, diplomática ou militar, de ordem factual, mas uma história-problema, preocupada com o contexto sociocultural das minorias, dos excluídos, dos que estavam à margem dos processos político-econômicos na sociedade.

A Nova História começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. 'Tudo tem uma história', como escreveu certa ocasião o cientista J.B.S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. Daí a expressão 'história total', tão cara aos historiadores dos Annales (Burke, 1992, p. 11).

Para compreender melhor o surgimento da Escola dos Annales e o movimento historiográfico que a ela se opunha, encontramos em Burke (1992) as principais características do paradigma tradicional, pautado em uma história que diz respeito essencialmente à política, concebida para refletir essencialmente as funções e o papel do Estado, voltada apenas para uma análise nacional e

⁴ Movimento historiográfico francês iniciado na primeira metade do Século XX.

internacional e desconsiderando, portanto, a perspectiva regional e local. Pensavam a história como uma narrativa dos acontecimentos, sua escrita baseava-se em documentos e registros oficiais e, ainda, concebiam-na como historiografia objetiva, cabendo ao historiador apresentar os fatos como eles realmente aconteceram. Em síntese, essa perspectiva tradicional oferecia uma visão dominante da história, concentrada apenas nos feitos dos grandes homens, generais, eclesiásticos, estadistas; enquanto ao restante da humanidade destinava um papel secundário. O interesse pela historiografia social e econômica foi incorporado no século dezenove, mas, segundo Sharpe (1992, p. 40), o principal tema continuava sendo a revelação das opiniões políticas da elite.

Ao prefaciar a edição brasileira do consagrado livro de Marc Bloch, Lilia Schwarcz (2001) afirma que a Escola dos Annales tinha como intenção problematizar o próprio fazer histórico e a própria capacidade de observação, pois a história, como filha do seu próprio tempo, trazia consigo em cada época novos temas, inquietações e convicções diferentes de tempos memoráveis. A historiadora nos lembra que, como afirmou Bloch, documentos são vestígios do passado e esses, por sua vez, não falam por si só, mas é imprescindível saber interrogá-los, destacando que são as perguntas que condicionam o objeto e não o contrário, como a historiografia clássica acreditava ser a base científica da história. Com o surgimento da Escola dos Annales, portanto, novos tempos levam a

novas historicidades, pois, afinal, é exatamente isso que faz da história uma estrutura em progresso. Com essa visão crítica, Schwarcz (2001, p. 08) afirma que, com a emergência da Escola de Annales, “tratava-se de uma espécie de guerra de ‘trincheiras’ contra a história exclusivamente política e militar; uma história, até então, segura e tranquila diante dos eventos e da realidade que buscava anunciar”.

Foi justamente a revista dos Annales, fundada em 1929 por Bloch e Febvre, que deu origem ao movimento de renovação da historiografia francesa e que embasou o que atualmente chamamos de Nova História. Os adeptos da *Nouvelle Histoire* passaram a buscar uma síntese histórica global do social, desprezando os fatos isolados e passando a valorizar os elementos psicossociais da coletividade. Nos primeiros números da revista, o grupo que estava à frente do movimento, apesar de ainda publicar artigos de historiadores econômicos (ligados à historiografia tradicional), expressou claramente suas prerrogativas no que tange ao

[...] combate a uma história narrativa e do acontecimento, a exaltação de uma historiografia do problema, a importância de uma produção voltada para todas as atividades humanas e não só à dimensão política e, por fim, a necessária colaboração interdisciplinar (Schwarcz, 2001, p. 10).

Como ressalta Burke (1992), a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é construída social ou culturalmente. Seu relativismo e interdisciplinaridade, portanto, destroem a tradicional distinção do que é periférico e central na história.

A essa altura, os representantes da nova história questionam sobre qual fato não seria histórico e o que compreendia exatamente a ciência que estuda o passado. Como, então, deveriam proceder os novos historiadores? As respostas a essas questões podem ser perfeitamente respondidas por Bloch (2001), ao afirmar:

[...] em primeiro lugar, a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto é absurda. Como, sem uma decantação prévia, poderíamos fazer, de fenômenos que não têm outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional? Será possível imaginar, em contrapartida, uma ciência total do Universo, em seu estado presente?

Sem dúvida, nas origens da historiografia, os velhos não se constrangiam nem um pouco com tais escrúpulos. Narravam, desordenadamente, acontecimentos cujo único elo era terem se produzido mais ou menos no mesmo momento: os eclipses, as chuvas de granizo, a aparição de espantosos meteoros junto com batalhas, tratados, mortes de heróis e dos reis. Mas nessa primeira memória da humanidade, confusa como a percepção de um bebê, um esforço constante de análise pouco a pouco

operou a classificação necessária. É verdade, a linguagem essencialmente tradicionalista, conserva o nome de história para todo o estudo de uma mudança na duração [...] Ela não pertence à história dos historiadores. [...] 'Ciência dos homens', dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: 'dos homens no tempo'. O historiador não apenas pensa o 'humano'. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. [...] Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos (Bloch, 2001, p. 52-53; 55; 68).

A fim de explicar a articulação entre os variados níveis que compõem uma sociedade em sua totalidade, os estudiosos dos Annales buscaram evidenciar a ligação e a dependência de aspectos, *a priori*, díspares, como fatores econômicos, das mentalidades, da cultura, da vida agrária e urbana, da demografia, dos fatos do cotidiano e da vida privada, das etnias, das religiosidades etc., quando observadas e analisadas na riqueza de suas particularidades e, posteriormente, complementadas com informações vindas de outras áreas, de outros campos de uma mesma realidade social. Estes compõem, portanto, "verdades" mais amplas, profundas e totais.

De acordo com Ciro F. Cardoso (1997, p. 447),



História-síntese e micro-história não são, portanto, necessariamente excludentes. São abordagens que se podem combinar, em graus variáveis, num mesmo livro, numa mesma pesquisa. Talvez o ideal seja mesmo tentar buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa pesquisa de viés sintético, os indícios das particularidades.

Nessa perspectiva, a história tradicional considerada narrativa, dogmática e factual, revelava-se, desse modo, deficitária diante dos novos questionamentos teórico-metodológicos propostos pela Escola dos Annales. Os estudiosos dessa nova corrente foram, pouco a pouco, descartando os aspectos meramente conjunturais, factuais, de uma história imediata, que, por si só, caracterizava-se tal qual uma pseudo-história. Para eles, a história, observada num curto período de tempo ou no curto prazo, é incapaz de apreender e explicar as permanências e mudanças ocorridas nas sociedades. Portanto, basearam-se na análise das estruturas, nas evoluções, nos processos de longa duração e, além disso, em seus reflexos na história mundial, nacional e regional. O interesse pelo desenvolvimento estrutural das sociedades foi algo herdado de sociólogos que viveram no século XIX, notadamente Auguste Comte, Herbert Spencer e Karl Marx. A própria revista dos Annales se inspirou na revista *Année Sociologique*, publicação encabeçada por Emile Durkheim (Burke, 1992). Toda a pesquisa histórica, a partir de então, superada a historiografia tradicional, fora baseada na formulação de

novos problemas, métodos e abordagens e se inscreve, portanto, na vaguidão oportuna de uma história chamada, em sentido amplo, de história social – de quem o homem em sociedade constitui objeto final da pesquisa (Castro, 2011).

Visto que não há realidade pronta e acabada, o historiador, como homem da ciência, não efetua uma simples coleta, “feita com tesoura e um frasco de cola” (Marrou, 1975, p. 48), mas como uma “[...] construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado” (Le Goff, 1988, p. 32). Devendo estar atento às relações entre passado e presente, e vice-versa, os quais se iluminam, se revelam mutuamente, cabe ao historiador “o trabalho da problematização, da construção de hipóteses, de reabertura do passado, da releitura e reexame de seus processos” (Reis, 1994, p. 34). Afinal, os fatos não falam por si só, portanto, não há como negar o papel ativo que o historiador, que também é sujeito histórico, desempenha no processo de produção do conhecimento.

A história-síntese proposta por Bloch e Febvre proporciona, pois, o equilíbrio entre os elementos materiais e espirituais, o econômico e o mental, desempenhando um papel social, pondo em primeiro plano a atuação das massas na história, do homem comum e de seu cotidiano, uma história diferente da tradicional, vista de baixo para cima, que considerava “mais seriamente as

opiniões das pessoas comuns” (Burke, 1992, p. 16). Essa maior liberdade de atuação do historiador se deu exatamente com o surgimento de novas técnicas e a admissão de novas fontes de pesquisa, liberando-o para a utilização não apenas de documentos oficiais, fontes escritas, mas tendo ao seu alcance uma série de documentos de natureza arqueológica, pictográfica, iconográfica, fotográfica, cinematográfica, numérica, oral, literária, enfim, documentos de múltiplas bases. Esses documentos, na riqueza de sua intercomunicação, complementam-se ou contrapõem-se, preenchendo possíveis lacunas e silêncios encontrados durante a pesquisa.

Deve-se admitir, ainda, a multiplicidade dos tempos sociais e a conciliação entre ambos, colocando, em primeiro plano, não apenas o tempo homogêneo e linear, o qual, por sua vez, impede as construções e reformulações dos acontecimentos históricos. Assim, “a História é o resultado do esforço, num sentido criador, pelo qual o historiador, o sujeito cognoscente, estabelece essa relação entre o passado que evoca e o presente que é o seu” (Marrou, 1975, p. 48). Essa percepção, por sua vez, só será possível através da quantificação, análise e problematização dos fatos históricos, proporcionando o alargamento e aperfeiçoamento da história enquanto disciplina. Partindo da ideia de que toda produção humana é passível de reflexão, a historiografia contemporânea nos tem permitido olhar o passado a partir de muitos pontos de vista, buscando, assim, estabelecer uma conexão com

saberes que anteriormente eram restritos a outras áreas; os domínios da história se alargaram, surgindo novos objetos como a morte, as crenças e comportamentos religiosos, as formas de sociabilidade, os rituais, entre outros.

Todavia, o grande refúgio das mentalidades foi a chamada História Cultural, abrigo mais seguro esse campo buscou defender a legitimidade do estudo do mental, sem negar a história como disciplina ou ciência específica. Esta identificou, em diferentes lugares e momentos, que uma realidade social é construída, pensada e exteriorizada, sendo necessário, para tanto, classificações, divisões e delimitações que organizam a compreensão do mundo social, real. A nova História Cultural denota especial atenção, assim como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas, como festas, resistências, crenças, enfim, pelo popular. Assim sendo, Cultura Popular, segundo Ginzburg, significa o conjunto de atividades, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas num certo período histórico (Vainfas, 2011). Definindo-se pela sua oposição e relação com a cultura letrada ou oficial das classes dominantes, essa corrente, por sua vez, filtra elementos da cultura popular e os incorpora. Contudo, Chartier (1990, p. 56) afirma que

[...] saber se pode chamar popular ao que é criado pelo povo ou àquilo que lhe é destinado é, pois, um falso problema. Importa antes de mais



identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais.

Para Vainfas (2011), a história é sempre um texto, ou mais amplamente, um discurso, seja escrito, iconográfico, gestual etc., de sorte que, somente através da decifração dos discursos, que exprimem ou contêm a história, poderá o historiador (ou aquele que se aventura pelos caminhos da história) realizar o seu trabalho. Dessa forma, todos os vestígios do passado são considerados subsídios para o historiador, entre eles a literatura e o cinema.

De forma geral, Burke (2010) afirma que a historiografia jamais seria a mesma após a Escola dos Annales, pois em sua perspectiva, resguardadas as diferenças e até mesmo divergências entre as três gerações do movimento, a maior conquista foi a expansão do campo da história por diversas outras áreas, visto que,

“o grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar

manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais” (Burke, 2010, p. 143).

História, Literatura e Memória

Carlo Ginzburg declara que história e ficção não passam de gêneros da narrativa literária, uma e outra estão condenadas a revisitar a realidade. Notadamente de personagens anônimos, sujeitos coletivos da história, antes sem rosto, sem nome. Para tanto, faz-se necessário combinar ou coordenar abordagens distintas, resguardando logicamente as diferenças e até a oposição entre seus paradigmas (Vainfas, 2011a). Um dos maiores problemas para os novos historiadores se refere à identificação das fontes e a escolha dos métodos, além do engajamento junto a uma tendência para explicação histórica.

Em seu ensaio sobre micro-história, Giovanni Levi argumenta que, mais recentemente, os modelos que despertam maior interesse dos historiadores são os que enfatizam a liberdade de escolha das pessoas comuns, as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por estes e a capacidade que apresentam para explorar as incoerências dos sistemas sociais e políticos nos quais estão inseridos (Burke, 1992).

A história constitui um conhecimento científico e, para tanto, depende de arquivos, métodos de pesquisa e demais critérios de cientificidade, já a literatura e o cinema não possuem esse rigor, enveredando por caminhos mais abrangentes, poéticos. Justamente pela Nova História ter renunciado ao domínio da verdade, enquanto representação, a história atualmente não se mede por critérios de veracidade, o que configuraria um retrocesso; mas, sim, pela verossimilhança, que é o ponto de convergência entre hipóteses possíveis de um passado efetuado, vivido; daí origina a credibilidade do autor, desde que consiga explicar, de maneira plausível e com respaldo de fontes confiáveis, o acontecimento em questão. Nesse aspecto, as fontes são apenas indiciárias e não revelam a verdade propriamente dita como em outrora. Portanto, admite-se a presença da ficcionalidade no domínio do discurso histórico, o qual sofre o crivo da testagem, a comprovação.

A verossimilhança na narrativa, portanto, toma lugar de destaque diante da pluralidade e multiplicidade de realidades e visões históricas, sendo que “o primado do detalhe é um modo realista-romântico de fortalecimento da credibilidade do narrador e da veracidade de sua narração” (Sarlo, 2007, p. 51). Uma característica presente no romance de 30 ou regionalismo de 30, também conhecido por suas temáticas que transitavam de agrárias e urbanas – no qual

se insere a escrita de Jorge Amado – apresenta como característica a verossimilhança, ou seja, o narrado é semelhante à realidade (Dacanal, 1982).

Desse modo, o discurso histórico se constrói distante da experiência vivida no presente e o passado é reinventado. Recompostos os fatos, são pré-selecionados, a história é “inventada”, dando asas à imaginação do historiador, lembrando que se trata de uma produção autorizada, mediante o uso de métodos científicos e da pertinência da construção; enquanto que a narrativa literária se lança a voos livres, distanciando-se da checagem da veracidade dos fatos.

Mesmo o historiador possuindo a chancela no trato com o tempo, as versões apresentadas pelo literato não devem ser descartadas ou relegadas a um segundo plano. O que geralmente ocorre é exatamente o confronto dos dados, das evidências apresentadas por cada um deles com suas peculiaridades, sendo que a literatura permite uma leitura mais aberta, uma gama maior de interpretações e percepções não denunciadas pela historiografia. Desse modo, a importância da literatura em nosso exercício de comparação é total, pois afinal também socializa memórias, narrativas e discursos, além de construir ou reforçar laços identitários, através dos modelos de pensamento e comportamento que revela. Análises literárias assim, nos permitem “captar estratégias de resistência no âmbito de uma perspectiva descolonizada (e descolonizadora)” (Caputo, 2017, p. 13).

Um documento (seja qual for sua natureza) é sempre portador de um discurso, não é algo transparente, cabendo ao historiador, portanto, relacioná-lo ao social; ou seja, as condições de produção de um discurso têm a ver com o ideológico, com os valores da sociedade que produz, ainda que o seu reconhecimento dependa das instâncias de poder capazes de legitimar, validar ou não a sua aceitação pela sociedade.

A narrativa histórica e a narrativa ficcional buscam, pois, produzir o efeito de real como o desejo de fazer crer que as coisas aconteceram realmente da forma apresentada, respaldando-se na função imaginária tanto da consciência individual quanto social. Desse modo, o historiador é um literato e o literato também é historiador, sendo possível estudar história através da literatura ou o contrário, visto que estão num mesmo patamar, pois possuem vínculos estreitos.

A relação entre as ciências sociais e a literatura traz à tona variados questionamentos, como, por exemplo, o conflito entre verdade e ficção, situação recorrente na bibliografia que trata da narrativa literária em história. Em Starobinski (1976), encontramos que os textos apresentam fragmentos do universo que se delimitam por nossa maneira de olhar. Nesta perspectiva, os elementos internos ao texto devem lhes permitir, neste caso, existência independente e coerente; enquanto que os elementos externos devem promover o questionamento de seu conteúdo.

Dai que, fundamentando a interação da história com a literatura, Pesavento (2000, p. 8) nos apresenta a seguinte indagação:

Mas se o historiador, na sua busca de construção de um conhecimento sobre o mundo, quer resgatar as sensibilidades de uma outra época, a maneira como os homens representavam a si próprios e à realidade, como não recorrer ao texto literário, que lhe poderá dar indícios dos sentimentos, das emoções, das maneiras de falar, dos códigos de conduta partilhados, da gestualidade e das ações sociais de um outro tempo?

Fica claro, na indagação apresentada por Sandra Pesavento, que ambas as narrativas – a literária, e a histórica – se esforçam para capturar a ação dos homens e re-apresentar (reinterpretar) o real. Nesse sentido, embora suas estratégias de apresentação possam diferir, é pertinente observar o diálogo ou o cruzamento de olhares entre os dois domínios.

A obra amadiana, em sua micronarrativa, que prioriza a narração de uma história sobre as pessoas comuns situadas no local em que estão instaladas, revela os padrões que fundamentam as bases das novas relações sociais de produção e distribuição que emergem no pós-30, demonstrando, assim, a permanência e o agravamento dos dramas sociais originários da velha estrutura socioeconômica e política ainda dominante. Assim, diante do leque dos

novos problemas, abordagens e objetos incorporados pela historiografia, com base na influência da Escola dos Annales, a obra de Jorge Amado poderá ser analisada sob diversos olhares: do ponto de vista da longa duração ou da conjuntura; enquanto história econômica e social das ideias, das mentalidades; enquanto campo de investigação poderia estar vinculado tanto à história agrária, quanto à urbana, das paisagens, da história do cotidiano e da vida privada, da sexualidade, das religiões e religiosidades, de gênero, entre outras. Em síntese, a micronarrativa apresentada por Amado, com a riqueza de detalhes e multiplicidades de atores sociais, oferece farto e relevante subsídio para novas análises e interpretações, como é o caso do olhar da administração política, fio condutor que orienta nosso estudo.

A partir desse ponto de intercessão de múltiplos olhares – história, literatura e administração política –, acreditamos que se tornou viável buscar novas possibilidades de interpretação da realidade do recorte sul baiano de Brasil.

Administração política: possibilidades, aplicações e limitações

O movimento inicial dos estudos da Administração Política desenvolvidos por Santos e Ribeiro (1993) e por Santos, Ribeiro e Chagas (2009, p. 925), engajados às contribuições das ciências sociais para o campo do que compreendemos por



estudos organizacionais, nessa direção, os autores vão iniciar suas reflexões ressaltando que

[...] os estudos administrativos nunca ambicionaram ou se deram conta dessa dimensão política [científica]. A sua origem e todo o seu desenvolvimento estiveram sempre vinculados a preocupações relacionadas à organização, à racionalidade e à produtividade do trabalho, criando técnicas, cada vez mais refinadas, para aumentar o seu rendimento.

E ao aprofundar esse debate alegam, ainda, que,

[...] visitando a história da análise administrativa, vê-se, claramente, que a administração nunca desenvolveu um esforço intelectual para criar bases epistemológicas que pudessem colocá-la como campo científico. A administração, nos últimos 140 anos, se contentou em ser auxiliar e subordinada do que se pensava ser a economia. Por essa regra, a administração tem sido, até aqui, um campo meramente profissional e não especulativo. Nesse sentido, o ponto de partida da história da análise administrativa tem que ser o instante em que os estudos da economia política estão direcionados para uma base mais experimental, mais microeconômica (Santos, Ribeiro & Chagas, 2009, p. 925).

Essa constatação os leva a sustentar que



[...] do ponto de vista do seu enquadramento científico, a administração é um campo do conhecimento sem uma identidade própria, seja porque os estudiosos têm dado pouca importância ao trabalho de investigação de base epistemológica; seja porque, quando alguma importância é dada a estudos dessa natureza, é de forma equivocada, principalmente, no que diz respeito ao seu objeto (Santos, Ribeiro & Chagas, 2009, p. 925).

De forma abreviada, a teoria da Administração Política define *gestão* como sendo “a capacidade de conceber e conduzir os meios necessários para administrar as possibilidades de produção, circulação, realização e distribuição” de uma dada sociedade, de modo a elevar os níveis de materialidade social e organizacional. Essa definição é, pois, uma reprodução literal do conceito clássico de Economia Política definido por Adam Smith – que vai ser considerado impróprio pelos economistas neoclássicos que almejavam tornar a economia uma ciência positivista, baseada em cálculos e teoremas matemáticos, negando, desse modo, qualquer tentativa de definir a ciência econômica como um campo normativo ou prescritivo. Ao admitir o conceito de Economia Política de Smith como base referencial fundamental para interpretar o papel social da Administração, os autores vão definir o conceito de Administração Política como sendo, portanto, a expressão de um dado “padrão [sócio histórico] de gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição” (Santos, Ribeiro & Chagas, 2009, p. 925).

Para um melhor entendimento sobre essa definição, ao questionar *o que cabe a administração como campo científico*, Santos, Ribeiro e Chagas respondem que “compete a Administração pura e simplesmente o exercício pleno do conceito e execução da *gestão*” (Ibidem). O que significa que os autores admitem que o papel social e técnico da administração é, portanto, estruturar formas de gestão que viabilizem os objetivos de uma dada sociedade e/ou organização e afirmam que a gestão é “[...] um dos conteúdos que dão forma institucional e essência às organizações” (Santos, Ribeiro & Chagas, 2009, p. 930).

A administração política admite portanto, ser a *gestão* o objeto científico próprio da Administração e sustentam, pois, que esta dimensão é a única que garante a esse campo perceber as bases subjetivas ou teóricas que lhes permitirão fazer o exercício da especulação ou abstração, aproximando-se, desse modo, aos demais campos do conhecimento. Como os objetivos desse artigo não permitem aprofundar sobre essa reflexão mais teórica do tema, o mais relevante para o entendimento do nosso quadro de referência é destacar os esforços dos autores (Santos, 2001).

e do próprio movimento da Administração política como um todo, na reunião de debates, reflexões e novas conjugações críticas voltadas a ampliação dos estudos organizacionais. Numa saudável e bem aventurada dinâmica de ampliação dos

vínculos com o campo, a administração política segue se construindo e nos motivando na elaboração de novas conjugações críticas e novos olhares sobre nossos objetos.

Desse modo, Justen *et al.* (2017) travando um saudável e desafiador diálogo entre o materialismo histórico e os estudos já conformados em Administração política, desfiam suas diferenças, aproximações e potencialidades sobre as mesmas intensões de estudo. Seria a gestão o objeto do campo ou objeto de estudo do campo? Não se sabe exatamente... Justen *et al.* (2017) seguem propondo do ponto de vista das leituras marxistas, uma agenda de pesquisa pertinente aos temas e pilares que estruturam a Administração política, num convite direto ao auto-criticismo do conhecimento já produzido e estruturado por aquele movimento.

Conversações como estas são basilares aos estudos organizacionais. Conversações entre a história e a literatura para uma compreensão mais ampliada do viver socialmente organizado também. A Administração política neste trabalho, segue com sua trajetória inspiradora de revisão e redimensionamento dos saberes de nosso campo; segue sobretudo como um espaço de diálogo em construção, com novas possibilidades de dimensionamento e revisitações ao próprio conhecimento então elaborado. Administração política para esse estudo, compreende um fio condutor que inspira novas elaborações e possibilidades de conjugações.



OBRAS AMADIANAS: NOTAS SOBRE UM ROTEIRO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR

Como já ressaltado anteriormente, a relação indiscutível entre História e Literatura, reservadas a natureza, objetivos e códigos próprios, aproxima-se nas próprias diferenças, revelando que estes dois campos se complementam.

Nos textos de Jorge Amado, encontramos a construção das relações sócio-político-econômicas e administrativas que emergiram nas terras sul baianas, no final do século XIX e início do século XX. Nesse estudo, *Cacau* (1933), *Terras do Sem Fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944) foram tomados como fonte de estudos centrais considerando, pois, como enfatiza Pesavento (1998, p. 21-22), que

[...] o discurso ficcional, como refere Ricoer (1983), é uma 'quase história', na medida em que os acontecimentos relatados são fatos passados para a voz narrativa, como se tivessem realmente ocorrido [...]. Dando voz ao passado, história e literatura proporcionam a erupção do ontem no hoje.

Com base nessa afirmação, consideramos que Amado nos revela nos textos selecionados que o imaginário coletivo daquele espaço-tempo não pressupõe integração social, ao contrário, os modos de ser (e viver) da elite branca e patriarcal, em nada se aproximam do horizonte vivido pelas classes subalternas



e suas vozes dissonantes. O autor revela, portanto, com tenacidade, os problemas sociais, políticos, econômicos e administrativos nacionais, refletidos na região cacauzeira.

Com base nas observações de Pesavento (1998, p. 34), podemos afirmar que, entrecruzando a literatura e a história, é possível perceber que Jorge Amado, em grande parte sob inspiração marxista, nos mostra um Brasil de contradições. Para a autora, as obras de Amado refletem uma análise voltada para a sociedade brasileira, “[...] do urbano ao rural, da burguesia ao proletariado, do coronel aos jagunços, as diferenças estão postas, e a recuperação da identidade se dá pela reinterpretação do passado e a compreensão do presente que dá a rota para o futuro desejado [...]”.

O exercício da presente pesquisa nos permitiu observar que há várias maneiras de interseccionar o texto histórico como o texto literário. Mas, para levar a cabo nossa análise, fez-se necessário desenhar um horizonte histórico no qual a leitura dos textos amadianos ganhasse sentido. Imperioso neste caso foi contextualizar os fatos sócio-históricos apontados por Jorge Amado com estudos pertinentes à sociologia, ciência política, economia e, na nossa perspectiva, como fim último, com os estudos organizacionais, a fim de esboçar um quadro propriamente interpretativo. Desse modo, para que nossa análise tivesse sentido, foi preciso

tangenciar o ficcional com o histórico e o histórico com a organização social, econômica e administrativa, num esforço interdisciplinar.

Assim, a compreensão do pensamento administrativo por meio da análise histórica e literária é crescente no Brasil e, de acordo com Costa, Barros e Martins (2010, p. 289), existem

[...] a) a busca de maior relevância e contribuição teórica das pesquisas por meio da ampliação de uso do método histórico; b) o resgate dos aspectos históricos e interculturais em oposição à reprodução ideológica dominante que tende a excluir o passado ou o contexto das teorias e práticas organizacionais (Vizeu, 2007); e c) a aproximação dos pesquisadores ao contexto da realidade brasileira potencializando uma posição de engajamento e compromisso consciente com sua realidade social (Guerreiro Ramos, 1996).

Notória é a importância da contribuição fornecida pela pesquisa histórica ao fundamentar pesquisadores que buscam novos olhares e outras epistemologias nos estudos organizacionais, a exemplo do trabalho de Martins (2007), ao propor analisar o modelo de governança comunitária em Canudos, utilizando como referência fundamental a literatura euclidiana e relatos orais dos descendentes de moradores de Bello Monte, e de Rigo (2012), que iniciou uma aproximação entre

a análise literária e a Administração Política, tomando como base interpretativa algumas crônicas de Machado de Assis.

Numa outra proposta de pesquisa em Administração, mostra-nos Fischer (2010) que deve haver uma agenda de pesquisas sobre o ensino de administração que considere o posicionamento favorável do diálogo crescente entre administração e história da educação (com especial ênfase nas possibilidades teórico-metodológicas advindas dessa articulação interpretativa), sobretudo diante do alargamento do campo da história contemporânea, o que potencializa maior entendimento da trajetória do ensino em Administração no país.

Assim, percebemos que o campo da pesquisa em administração se aproxima com fecundidade da historiografia, sobretudo após a História Nova (empreendida nos anos 30 do Século XX), conforme vimos anteriormente. Por estudarmos o pensamento administrativo, coadunamos com o que o sociólogo e literato João Ubaldo Ribeiro denomina visão crítica da realidade brasileira, ao exaltar que, ao administrador, cabe observar a estrutura social com suas oposições e antagonismos, compreendendo, pois, o mecanismo de funcionamento da sociedade. Essa ampliação do olhar do administrador possibilitaria, para o autor, atuar sobre as tensões encontradas e promover a transformação social (Ribeiro, 2006a; 2006b).

Percorrer o caminho do entrecruzamento da história, da literatura e da Administração Política implica, pois, compor um patamar teórico-metodológico mais amplo que nos permita reinterpretar as relações sociais de produção e distribuição que fundamentaram a formação socioeconômica brasileira e sul baiana, sob uma perspectiva que define como pressuposto teórico-metodológico central integrar duas dimensões indissociáveis: o pensar e o agir simultaneamente, como ressalta Santos (2009b).

As obras do autor baiano Jorge Amado ocupam lugar de destaque na produção de novos temas, formas de expressão e apreensão do mundo, sentimentos e lugares, que traduzem a “paisagem humana e social do Nordeste, particularmente da Bahia, seu Recôncavo, sul e sertão”, conforme destaca Araújo (2003, p. 9). As matrizes temáticas na literatura de Amado se dividem em dois ciclos: campo e cidade, tendo início, em 1931, com o lançamento do primeiro livro, *O país do carnaval*.

Assim, as dimensões teóricas e práticas que integram o conceito de Administração Política é facilmente reconhecido na própria composição da comunidade grapiúna⁵ que se construiu sobre o desenvolvimento da cultura do

⁵ O termo grapiúna compreende o gentílico de todos os nativos do sul da Bahia. Junção de vocábulos em tupi acredita-se que o seu significado seja “ave negra da beira do rio” (Barbosa, 2013, p. 93).

cacau. Nesse sentido, observa-se que o presente estudo segue na trilha do chamado romance social, político e cultural de Jorge Amado, expresso nas obras relacionadas ao ciclo do cacau: *Cacau* (1933), *Terras do sem fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), *Gabriela, cravo e canela* (1958), *Tocaia Grande: a face obscura* (1984) e *A descoberta da América pelos turcos* (1992) e, como complemento, foi integrado também o livro *O menino grapiúna* (1982), livro de memórias. Conforme poderá ser observado nas análises subsequentes, as narrativas históricas e literárias das obras citadas permitiram verificar a afeição universal e as relações socioeconômicas, políticas, culturais e administrativas que Amado imprimiu também em seus personagens e narrativas. Como crítico social, o autor revelou através do recurso ficcional as manifestações da cultura regional bem como as práticas socioeconômicas, políticas e padrões administrativos efetivas de um dado tempo-espaço que retrata a formação histórica da região sul baiana.

As narrativas literária e histórica pressupõem, portanto, a ordenação do real e a busca da coerência dos fatos, através da correlação dos aspectos analisados e das relações que daí irão emergir. A significância que é atribuída pelo leitor revela a validade da narrativa. Sobretudo na narrativa literária, o poder de designação da verdade dos relatos se dá pelos critérios de verossimilhança e credibilidade inferidos do texto. Afinal, a literatura constitui uma fonte de socialização das memórias, das narrativas e dos discursos. Em Jorge Amado, encontramos

expostos, com a sensibilidade característica de um literato, a apreensão do real, dos jogos que refletem as forças sociais e de poder nas terras do cacau.

O Menino Grapiúna, escritas e motivações

Antes de nos inclinarmos às análises centrais de cada um dos títulos selecionados, faz-se necessário introduzir alguns comentários mais gerais sobre a trajetória do autor, a fim de situar a dinâmica da sua escrita e motivações. Jorge Amado nasceu em 1912, numa 'roça' de cacau, no povoado de Ferradas, hoje município de Itabuna. Naquele momento, o cacau já figurava como a lavoura de maior importância no Estado da Bahia. Para o autor, foram as coisas que viu e viveu na infância naquela região que configuraram a base de tudo que, posteriormente, criou e recriou. Declara que o que lhe formou foi exatamente o que se encontra ligado ao tempo de vida na região cacauzeira (Sousa, 2001). Aliás, dentre os homens que, por tradição, desbravaram e conquistaram aquele espaço sul baiano, se encontra a própria família de Jorge Amado. Em seu livro de memórias, *O Menino Grapiúna*, escrito em 1982, utilizado neste estudo como subsídio para a narrativa amadiana, encontramos o seguinte relato:

[...] desbravador de terras, meu pai erguera sua casa mais além de Ferradas, povoado do jovem município de Itabuna, plantara cacau, a riqueza do mundo: Na época das grandes lutas [...] segue contando que,



ainda jovem, seu pai, João Amado de Faria, “abandonara a cidade sergipana de Estância, civilizada e decadente, para a aventura do desbravamento no sul da Bahia, para implantar, com tantos outros participantes da saga desmedida, a civilização do cacau, forjar a nação grapiúna [...] (Amado, 2006, p. 5; 7).

Portanto, o menino grapiúna fez parte do quadro social das terras sul baianas, permitindo, pois, que, a partir dessa experiência pessoal, Amado fizesse significações do coletivo, das relações pessoais, das tradições e costumes, da vida dos homens comuns, dos pescadores, trabalhadores rurais, mulheres da vida e toda a trama social que caracterizava aquele espaço. Com base nesses relatos, percebe-se que esse contato direto e cotidiano com a realidade que o cercava foi decisivo para sua formação literária, em especial quando afirma que,

[...] no meio do povo, homens e mulheres que possuíam cor e odor da terra, o menino ia aprendendo sem se dar conta [...] em companhia de trabalhadores e jagunços: ampliavam seu universo e impediam que medrasse em seu espírito qualquer espécie de preconceito (Amado, 2006, p. 53).

Cacau

O Romance narra a relação entre o coronel, o empresário, ou seja, os donos dos bens de produção e o trabalhador rural. Com essa obra Amado mergulha no universo da luta de classes denunciando a exploração e apropriação do trabalho, os conflitos advindos dessas relações sociais de produção, circulação e distribuição, isto é, deste padrão de Administração Política, dando destaque, ainda, à greve e aos incipientes movimentos sociais, além de explorar ideais socialistas.

Em *Cacau*, é possível reconhecer que Jorge Amado agudiza o inconformismo e a indignação, mediante a exploração e a miséria relativas às terras do cacau. Adere à proposta literária e aproxima-se da forma e conteúdo dessa corrente ao falar diretamente da categoria social, povo. Todavia, os críticos apontam para a simplificação da realidade traduzida neste livro destacando a presença de antinomias ou maniqueísmos, fato que pode ser justificado pela recente filiação de Amado ao Partido Comunista, ou ainda, por estar iniciando suas primeiras escritas. Conforme destaca Araújo (2003, p. 35), "(...) a partidarização cumpriu um ciclo na obra de Jorge Amado e ele foi sincero, explícito, objetivo e sem reservas, evidenciando com nitidez a face de sua identidade ideológica".

Cacau reflete, portanto, o contexto socioeconômico, político, cultural e administrativo final do século XIX. O autor presenciou grandes mudanças no equilíbrio demográfico e geoeconômico do país, indicando novos rumos para o desenvolvimento nas regiões cafeeicultoras do Centro-Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), enquanto seguia, de perto, a decadência do Nordeste açucareiro. Para Prado Junior (1981), o empobrecimento do Nordeste, povoado densamente desde a implantação da colônia, resultou numa forte e constante enxurrada demográfica em direção a regiões com melhores perspectivas de vida e subsistência:

Este movimento de populações tornar-se-á particularmente ativo depois da grande seca de 1877-80, que despovoará o interior nordestino do Ceará até a Bahia. As regiões beneficiadas por esta emigração serão o vale amazônico (graças à extração da borracha); o sul da Bahia (produção de cacau em progresso); finalmente e, sobretudo São Paulo, o grande polo de atração (Prado Junior, 1981, p. 151).

O narrador de *Cacau* enfoca, inclusive, a extorsão que sofrem dos armazéns das fazendas, onde os preços são exorbitantes e onde os trabalhadores são obrigados a comprar gêneros alimentícios, ferramentas para a lide, além de roupas e remédios.

Terras do Sem Fim

As obras *Terras do Sem Fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944), conforme será melhor descrita a seguir, narram o desbravamento das matas sul baianas para o plantio do cacau. Ao ler o segundo romance, percebe-se claramente a intenção de Amado de dar continuidade e ampliar as abordagens trazidas em *Terras do Sem Fim*. Esta afirmação se fundamenta, pois, na preservação e ou evocação de alguns personagens e memórias na segunda obra.

A figura dos coronéis em *Terras do Sem Fim* são de homens poderosos, proprietários de extensas roças de cacau, justamente quando a lavoura cacaueira já era reconhecida como importante riqueza econômica regional e nacional. Tal lavoura atraía muitos interessados, a exemplo dos trabalhadores vindos de regiões secas do Nordeste, de pequenos comerciantes, aventureiros, gente de toda ordem tentando enriquecer frente às oportunidades daquela próspera região.

A narrativa não se atém ao momento em que as primeiras mudas de cacau chegaram à região, ao contrário, já aponta um período em que os grandes coronéis ali estabelecidos lutavam por maiores faixas de terra para ampliação da riqueza e poderes. Evidencia, nessas duas obras, de forma mais ampla e

contundente, a “exploração do homem pelo próprio homem”, permitindo emergir as vozes e as reflexões daqueles que se encontravam submetidos às práticas dominantes do coronelato que se formou nas terras do sul da Bahia.

Os coronéis, na perspectiva amadiana, seguiam insaciáveis, conquistando terras e dominando gente. Podemos balizar, conforme nos ensina Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001, p. 99), entre 1890 e 1920, o período de implantação da monocultura de cacau no sul da Bahia, onde os autores destacam que “Aqueles tempos foram atravessados por fenômenos de todos os tipos – demográficos, sociais, políticos e culturais”.

Esse retrato parcial da sociedade grapiúna apresenta um forte teor de crítica social e política com problemáticas ligadas ao patriarcalismo latifundiário, à exploração do trabalhador, ao imobilismo social que se estabelecera naquelas *Terras do Sem Fim* (Sousa, 2001), revelando, assim, o modo de organização daquela sociedade.

As metas narrativas utilizadas por Amado fazem emergir todos os sujeitos representativos que habitavam aquele espaço – coronéis, jagunços, capatazes, comerciantes, mulheres dama, trabalhadores alugados – além de revelar os arranjos socioeconômicos, políticos, culturais e também religiosos que dariam

base para a consolidação de tradicional e conservador padrões comportamentais, pautado em bases que garantissem que as classes menos favorecidas estivessem sempre a serviço dos “donos da terra”.

Cabe ressaltar, que ao evidenciar as relações sociais de produção do sul baiano, Amado utilizava diversas expressões pejorativas que manifestavam o uso e abuso do poder dos coronéis como o *caxixe*⁶, as manobras jurídicas, a *tocaiá*⁷, enfim, todos os tipos de subterfúgios que permitiam a posse das terras alheias.

São Jorge dos Ilhéus

Como já ressaltado anteriormente, a rigor, *São Jorge dos Ilhéus* é uma continuação do livro *Terras do Sem Fim*, com a trama e grande parte dos personagens remanescentes do livro citado, escrito um ano antes, em 1943. Superado o momento da luta pela posse das terras, com o conflito direto entre os coronéis, *São Jorge dos Ilhéus* retrata a luta posterior pela posse definitiva das terras do cacau.

⁶ Termo que se refere à apropriação indevida das terras de terceiros, com o desrespeito à posse, e mesmo aqueles que possuíam terras titularizadas viam suas fazendas subtraídas pela ação dos advogados dos coronéis. As vítimas sofriam um golpe jurídico, com a produção de nova escritura da propriedade a favor de terceiros, sem nenhum tipo de pagamento ou ressarcimento, havia expulsão de suas próprias terras quase sempre com violência. Ver Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001).

⁷ Emboscada violenta ao inimigo ou opositor. As tocaias eram motivadas por quaisquer situações, desde o tradicional antagonismo político, até questões conjugais.

Quiçá uma posse coletiva daquelas terras. Encontramos em Araújo (2003, p.63) que os mencionados livros formam um só núcleo ao afirmar que “[...] se desdobram dois períodos distintos: a conquista da terra pelos coronéis feudais no princípio do século e a passagem da terra para as mãos ávidas dos exportadores nos dias de ontem”.

A exemplo de *Cacau*, a história se passa na década de 1920 e 1930, pois, apesar de Jorge Amado não explicitar o período, remete-nos a acontecimentos da política nacional, tais como: a Coluna Prestes, o governo de Washington Luis e o Integralismo. A trama dá passagem a personagens que revelam as novas relações sociais de produção, isto é, aos novos padrões de Administração Política que se desenvolveu nas terras do cacau. Entram em cena em *São Jorge dos Ilhéus*, os vorazes exportadores de cacau, representantes do capital internacional, que ambicionam se tornar proprietários das fazendas de cacau, controlando o fluxo de produção e ditando seu preço no mercado internacional. A política local fica a cargo dos filhos dos agora velhos coronéis de *Terras do Sem Fim*.

Ilhéus, a “Rainha do Sul”, acumulou força comercial e riqueza crescente e possuía àquela época o quinto maior porto exportador do país, responsável, segundo Jorge Amado, por 98% de todo o cacau produzido no Brasil. Em raras cidades no país havia, naquele contexto, um crescimento tão rápido, ruas abertas, construções de

todo tipo, com praças, jardins, iluminação pública, água e esgoto canalizados. Nesse período, sua população era estimada em 150 mil habitantes⁸. A essa altura, a cidade já dispõe de aeroporto, cinema, transporte público, cafeterias, teatro, sistema de telefonia, além de um estádio de futebol. Porém, a despeito de toda a modernidade da “Rainha do Sul”, reinava o patriarcalismo nas relações sociais de produção, revelando, pois, que, apesar dos avanços econômicos e urbanos, foram preservados praticamente os mesmos interesses locais, alterado apenas pela presença da hegemonia dos interesses do capital internacional.

Amado nos alerta que Karbanks, Zude e os outros exportadores estavam em toda parte, ligados a uma infinidade de negócios, inclusive por trás da direção do Banco de Auxílio à Lavoura. Nesse momento, Jorge Amado chama atenção que se aproximava o momento da luta entre os coronéis desbravadores, plantadores de cacau, e os exportadores.

É ressaltada nesta obra a transferência da apropriação das terras como consequência direta do colapso da economia cacauzeira em virtude da perda das fazendas de pequenos, médios e grandes fazendeiros, arruinados e vitimados pela ação coordenada dos exportadores junto às oscilações do preço no mercado.

⁸ Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001) nos mostram que a população de Ilhéus cresceu entre 1980 e 1920 com a taxa média superior a 6% ao ano. Entre 1920 e 40, a taxa média se mantém em 3% ao ano.

O autor denuncia, pois, que a 'terra troca de mãos'. Neste momento, emerge, pois, novas relações sociais e de produção onde os interesses internacionais irão subjugar o poder local a um processo de acumulação e apropriação de riqueza forâneo.

Gabriela, Cravo e Canela

Em *Gabriela Cravo e Canela* (1958), Amado não manifesta as questões sociais com o mesmo destaque dos demais títulos. Na nova trama, o romance entre Nacib e Gabriela torna-se o centro do enredo e as questões socioeconômicas, políticas, culturais e administrativas já não se manifestam de forma tão contundente como nas demais obras ligadas ao ciclo do cacau. A política local e nacional, os desafios econômicos e a divisão internacional do trabalho aparecem apenas como pano de fundo nesta obra, predominando, portanto, os traços da vida cotidiana, da história social, cultural e das mentalidades) da sociedade sul baiana (Cardoso & Vainfas, 2011).

A história começa em 1925, na cidade de Ilhéus, e centra-se em três personagens forâneos: Gabriela, sertaneja e retirante, em busca de trabalho e moradia é posta à venda no mercado de escravos (local onde as pessoas colocavam à disposição dos coronéis e capatazes, sua força de trabalho); Mundinho Falcão, jovem carioca

que emigrou para Ilhéus e lá enriqueceu como exportador, e que planeja acelerar o desenvolvimento da cidade, melhorar os portos e derrubar Bastos, um coronel e inepto governante; e Nacib, um sírio que chega a Ilhéus com a crença do eldorado sul baiano, seu estabelecimento comercial passa a ser palco das principais discussões e articulações político-partidárias e de estruturação da cidade.

Com base nos argumentos defendidos por Souza (2001, p. 27), consideramos que *Gabriela, Cravo e Canela* “foi realizado num momento de desencantamento total de Jorge Amado com o Partido Comunista, [...] construindo não mais personagens das lutas políticas [...]”. Essa constatação não descaracteriza a validade da obra, pois o autor insere outros temas significativos em suas discussões, como questões raciais e diferenças culturais, o sincretismo religioso e questões de gênero, antecipando diversos problemas que serão integrados na agenda da sociedade brasileira na atualidade.

Tocaia Grande: a face obscura

Em *Tocaia Grande: a face obscura* (1984), elementos primordiais do discurso de Amado voltam a emergir: os coronéis, jagunços e prostitutas. O texto revisita temas do cotidiano e conflitos expressos nas três primeiras obras do ciclo do cacau. A



disputa de terras e mando político por parte dos coronéis; a exploração e as condições subumanas de vida do trabalhador das roças de cacau; a violência corriqueira entre os seguidores dos grupos políticos; a omissão do poder público do ponto de vista jurídico e organizacional; a supremacia do capital internacional dos exportadores são algumas das temáticas que se estabelecem na obra, dentro do universo estruturado pelo autor para a cidade de *Tocaia Grande*.

Conforme destacado por Faoro (2000b), naquele período predominavam as atividades ligadas a agricultura e pecuária, compreendendo uma população instável, denominada de *rururbana* que representava para o autor o corpo social que vive sobre a influência do campo. O que implica considerar a cidade servindo à zona rural. Cabe registrar que a cidade fictícia é uma réplica da Ilhéus de fins do século XX, quando do povoamento da região sul baiana e início do ciclo do cacau. Todavia, o autor ressalta nesta obra, a presença ativa e crescente de estrangeiros nas situações relatadas, a exemplo de árabes e russos.

A Descoberta da América pelos Turcos

Os personagens centrais desta obra, Raduan Murad e Jamil Bichara, descobriram a América juntos, vieram no mesmo barco de imigrantes e desembarcaram na Bahia, em 1903. No litoral sul do Estado eram chamados de *turcos*, forma brasileira

de designar a todos os árabes (sírios, libaneses e os próprios turcos). Definido pelo autor como um "romancinho", trata-se de uma narrativa breve e específica sobre a contribuição dos descendentes de árabes na civilização do cacau, durante a época em que coronéis e jagunços disputavam as terras virgens da região de Ilhéus.

Em *Gabriela, Cravo e Canela* e em *Tocaia Grande*, Amado já evidencia a participação sociocultural desses imigrantes na região. Os personagens estrangeiros de origem árabe figuram com destaque no cenário político e como vitais para o comércio e para a dinâmica da economia local.

OS CONTRIBUTOS DAS OBRAS AMADIANAS PARA O PENSAMENTO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Compreender o pensamento administrativo a partir das narrativas literárias de Jorge Amado implica considerar ser a literatura e sua compreensão histórica, subsídios para pesquisas em estudos organizacionais. Ao admitir ser o fenômeno social complexo, a Administração Política admite que o todo fenômeno administrativo representa, tanto as manifestações de dimensões subjetivas, próprias das manifestações da gestão, como as dimensões empíricas, próprias das práticas gerenciais. Afirmam, ainda, que os aspectos teóricos (abstratos) e práticos

da administração se materializam, pois, tanto no âmbito social como nos espaços organizacionais (públicos ou corporativos), configurando, desse modo, como fenômeno social integrado as manifestações complexas que conformam as ciências sociais.

Considerando como referência de análise os pressupostos teóricos e metodológicos da Administração Política, é possível, pois, estabelecer algumas correlações possíveis entre as narrativas literárias das obras selecionadas de Amado e o pensamento administrativo manifesto de forma explícita e/ou implícita. Nesse sentido, ao identificar como principal variável de análise nas obras referenciadas os padrões sócios históricos que fundamentaram as *relações sociais de produção, circulação e distribuição da sociedade sul baiana*, no macro período referenciado pelo autor (final do Século XIX e segunda metade do Século XX), considera-se, pois, que o narrador consegue descrever tanto as dimensões subjetivas que conformam os *padrões da Gestão* e que permitem identificar um dado *Projeto de Nação* para o Brasil e para a Bahia, em especial; assim como delinea com riqueza de detalhes os elementos que conformam também as *práticas gerenciais*, consideradas pelo autor como métodos próprios e originários das relações desumanas de trabalho baseadas em técnicas próprias da cultura escravocrata e feudal que originaram a formação histórica da sociedade brasileira e sul baiana.

Nesse sentido, ao destacar os movimentos que irão marcar as mudanças ocorridas na estrutura dos padrões socioeconômicos do Brasil, entre o final do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX, baseadas na produção em larga escala de produtos primários e, no caso da região sul baiana, tendo o cacau como produto privilegiado, Amado consegue caracterizar, com clareza de detalhes, como se conformava o modo de produção que orientaria as relações sociais nacionais e sul baianas. O que significa afirmar a predominância de uma economia baseada, essencialmente, na exportação de produtos primários e que irá preservar, a qualquer custo, os elementos administrativos de cunho conservador pautado na manutenção de relações desiguais entre as classes que compunham a sociedade baiana à época. Essa visão fica muito clara nas narrativas das primeiras obras selecionadas (*Cacau, São Jorge dos Ilhéus, Terras dos Sem Fim e Tocaia Grande: a face obscura*) onde Amado descreve com riqueza de detalhes a concepção das relações sociais que tipificaram a região cacauzeira na Bahia. Vislumbra-se, pois, nas narrativas amadianas um modo próprio de administrar ou conduzir os esforços sociais necessários para viabilizar a produção material da riqueza nacional e local. O pensamento administrativo implícito ou explícito nas obras de Jorge Amado se evidencia, pois, na descrição detalhada de como eram estabelecidas as relações de poder socioeconômico, político e cultural no território, manifestas através das revelações religiosas e das manifestações culturais que caracterizavam a sociedade da cidade de Ilhéus,

como também nas formas que orientavam as relações de trabalho baseadas, essencialmente, na subordinação e na exploração do homem rural, excluído histórico das relações sociais que irão conformar o sistema sócio produtivo da colônia e que se mantem através da consolidação da nação brasileira considerando desde o movimento da emergência da República Velha, passando pelo nascimento do Estado Novo, atravessando a sociedade industrializada, entre os anos de 1940 e 1979, e alcançando, infelizmente, as bases que conformam a recém sociedade democrática, apesar dos avanços significativos alcançados pela Constituição Federal de 1988.

Quanto à identificação nas obras amadianas de uma caracterização relevante acerca dos parâmetros gerenciais ou técnicos que orientavam os processos de trabalho próprios do sistema socioeconômico que guiavam a cultura do Cacau, assim como das demais culturas agrícolas voltadas para atender ao modo de produção para exportação, observa-se, conforme já destacado, uma riqueza descritiva relevante contida nas narrativas do autor e que caracterizavam, portanto, o perfil e comportamento dos diversos personagens que habitavam suas obras, a exemplo dos coronéis, jagunços, capatazes, comerciantes, mulheres dama, trabalhadores alugados e estrangeiros (especialmente os chamados turcos).

Pode-se concluir com base nos resultados da pesquisa exploratória das obras amadianas selecionadas, primeiro, o padrão narrado pelo literato evidencia a continuidade do modo de produção do período colonial e que se manteve presente até os anos de 1930 e 1940, baseado, fundamentalmente, na concepção de produção voltada para as grandes exportações e que se caracterizou por um profundo e sangrento conflito pela posse das terras produtivas entre os coronéis para, assim, garantir o jugo das demais classes sociais que integravam esse cenário social. À medida que foi sendo modificada a própria dinâmica socioeconômica brasileira, o autor registra as transformações dos negócios da exportação do cacau na região sul baiana mediante a integração de novos atores econômicos vinculados não mais aos interesses locais, mas representando, agora, interesses financeiros nacionais e também internacionais. É possível observar claramente essa mudança, através da narrativa contida na obra *São Jorge dos Ilhéus* onde Amado destaca a emergência de novos interesses advindos de novos elementos manifestos pela ação do Banco de Auxílio à Lavoura que vai introduzir progressivamente naquele contexto sócio econômico tradicional elementos que iriam reconfigurar a luta que se travaria entre os coronéis desbravadores, plantadores e exploradores da produção do cacau, e da emergência vigorosa de exportadores no cenário sócio-político e econômico regional.

Ao retratar e interpretar de forma crítica e contextualizada o processo que dará início à transferência da posse das *Terras do Sem Fim*, movimento retratado também na obra *São Jorge dos Ilhéus*, Amado revela, portanto, o intercruzamento de dois Projetos de Nação ou dois projetos de Administração Política brasileira que irão refletir diferentes modos de concepção de gestão e de práticas gerenciais, mas que revelam convergências históricas relevantes acerca de uma dinâmica sócio econômica e administrativa nacional e regional pautadas em padrões de subordinação aos ditames da economia internacional. Esse traço característico da narrativa literária de Amado dá, portanto, as suas obras um grau de atualidade importante para os estudos da formação social e também para os estudos referentes ao pensamento administrativo brasileiro que carece, ainda, de muito investimento em estudos que contribuam para a construção das bases para uma formação consistente da análise, conforme tem sido destacado por diversos estudiosos do campo dos Estudos Organizacionais⁹, dos Estudos Críticos em Administração¹⁰ e também do estudos em Administração Política¹¹. Sendo que este

⁹ Ver os estudos de Guerreiro Ramos (1947; 1970), Fachin e Fischer (1999); Fadul e Silva (2009), Cunha (2000), Motta (2001), Aktouf (2001; 2004; 2005), França-Filho (2004), Santos (2004), Serva, Dias, e Alperstedt (2010), entre outros.

¹⁰ Ver os estudos de Fournier e Grey (2000); Paes de Paula, Maranhão, Barreto e Klechen (2010), Paes de Paula, Maranhão e Barros (2009), Misoczky e Andrade (2005), Davel e Alcadipani (2003), Azevedo e Grave (2014), Santos (2015), Vizeu (2010), Marchi (2010), entre outros.

¹¹ Ver os estudos de Ribeiro (2006a; 2006b), Santos e Ribeiro (1993; 2004), Santos, Ribeiro e Chagas (2009) Cristaldo (2009), entre outros.

representa a reunião dos esforços iniciais de conversação e interpretação dos textos selecionados, nas bases ora apontadas.

Em síntese, pode-se concluir que o contributo da literatura amadiana para a análise proposta nesse artigo perpassa, portanto, pela compreensão dos aspectos administrativos do sistema produtivo da sociedade sul baiana manifesta tanto na leitura dos agentes econômicos, políticos, religiosos e também pela voz dos trabalhadores e demais grupos excluídos ou subalternizados. Com base nesse conjunto complexo de narrativas e memórias é possível identificar o entendimento do autor sobre os modos como se organizava a sociedade sul baiana para dar conta de administrar os padrões sócio histórico que orientavam as relações sociais de produção, circulação e distribuição da riqueza produzida pela sociedade grapiúna, possibilitando alargar nossa percepção sobre nuances e matizes que muitas vezes os documentos oficiais e a historiografia não promovem a compreensão.

Consideramos, pois, que este recorte e substrato de pesquisa possibilita aos estudiosos que orbitam nos estudos Estudos Organizacionais possam avançar no debate sobre as contribuições da literatura e da história para o campo. Sendo possível, que a partir dos resultados analisados ampliar a compreensão das condições sócio históricas de vida de grupos e indivíduos e as variadas nuances

da realidade social, neste caso do sul baiano em seu recorte temporal analisado. Assim, se apresentam novos parâmetros teóricos, epistemológicos e metodológicos que contribuam para a crescente qualificação crítica do campo de estudos organizacionais. É fundamental destacar que este caminho de investigação vem conquistando lentamente pesquisadores, sendo necessário a construção de um quadro de referência que possa ampliar, assim, estudos que se debrucem sobre literatos e suas produções ligadas à realidade social brasileira.

REFERÊNCIAS

Araújo, J. S. (2003). *Dioniso & Cia. na moqueca de dendê: desejo, revolução e prazer na obra de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Salvador, BA: Academia de Letras da Bahia.

Barbosa, C. R. A. (2013). *Notícias históricas de Ilhéus* (5a ed.). Itabuna: Via Literarum.

Bertolli Filho, C. (2000). Sérgio Buarque e Cassiano Ricardo: confrontos sobre a cultura e o estado brasileiro. In: S. J. Pesavanto (Org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura* (pp. 237-254). Porto Alegre: UFRGS.

Bloch, M. (2001). *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar.



Burke, P. (Org.). (1992). *A escrita da história: novas perspectivas* (2a ed.). São Paulo: UNESP.

Burke, P. (2010). *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP.

Bresciani, M. S. (1998). História e historiografia das cidades, um percurso. In: M. C. Freitas (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva* (2a ed.) (pp. 237-258). São Paulo: Contexto.

Cadernos de Literatura Brasileira. (1997). *Jorge Amado*. São Paulo: Instituto Moreira Sales.

Cardoso, C. F. & Vainfas, R. (Orgs.). (2011). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* (2a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

Castro, H. (2011). História social. In: C. F. & R. Vainfas (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* (2a ed.) (pp. 95-112). Rio de Janeiro: Elsevier.

Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Clegg, S. R. & Hardy, C. (2012). Introdução: organização e estudos organizacionais. In: S. R. Clegg, C. Hardy, & W. Nord (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (pp. 29-58). São Paulo: Atlas.

Costa, A. S. M., Barros, D. F., & Martins, P. E. M. (2010). Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, 50(3), 288-299.

Costa, A. S. M. & Saraiva, L. A. S. (2011). Memória e formalização social do passado nas organizações. *Revista de Administração Pública*, 45(6), 1761-1780.

Costa, F. L. (2008). Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, 42(5), 829-874.

Dacanal, J. H. (1982). *O romance de 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Faoro, R. (2000a). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro – volume 1* (10a ed.). São Paulo: Globo; Publifolha.

Faoro, R. (2000b). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro – volume 2* (10a ed.). São Paulo: Globo; Publifolha.

Fausto, B. (1999). *História do Brasil* (6a ed.). São Paulo: EDUSP.

Fischer, T. (2010). A perduração de um mestre e uma agenda de pesquisa na educação de administração: artesanato de si, memória dos outros e legados de ensino. *Organizações & Sociedade*, 17(52), 209-219.

Fischer, T., Davel, E., Vergara, S., & Ghadiri, P. D. (2007). Razão e sensibilidade no ensino de administração: a literatura como recurso estético. *Revista de Administração Pública*, 41(5), 935-956.

Fonseca, F. (2008). A Administração Política: em busca de uma teoria crítica da administração pública. *Revista Brasileira d Administração Política*, 1(1), 7-9.

Gomes, F. G. (2012). O jovem percurso da administração política. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 7-24.

Gruner, C. & DeNipoti, C. (Orgs.). (2008). *Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Guerreiro de Freitas, A. & Paraíso, M. H. B. (2001). *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul (Ilhéus, 1534-1940)*. Ilhéus: EDITUS.



Japiassu, H. (2006). *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago.

Justen, A., Gurgel, C. R. M., Ferraz, D. L. S., & Paço-Cunha, E. (2017). Administração política: por uma agenda de pesquisa marxista. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), 664-760.

Le Goff, J. (1988). *A história nova* (4a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Le Goff, J. & Nora, P. (1995). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Leal, V. N. (1997). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (3a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Lukács, G. (2009). *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica* (2a ed.). São Paulo: Duas Cidades.

Lukács, G. (2010). *Marxismo e teoria da literatura* (2a ed.). São Paulo: Expressão popular.

Ma, J. (2004). *A natureza do conhecimento administrativo: uma busca pelo seu objeto*. Dissertação de mestrado, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.



Martins, P. E. M. (2012). Da enxada ao cajado, às engrenagens e aos chips: a sobrevivência do "coronelismo". *Anales del Congreso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administracion Publica*, Cartagena, Colômbia, XVII.

Martins, P. E. M. (2007). Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária. *Cadernos EBAPE.BR*, 5(4), 1-16.

Martins, P. E. M., Moura, L. S. & Imasato, T. (2011). Coronelismo: um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro contemporâneo? *Organizações & Sociedade*, 18(58), 389-402.

Matitz, Q. R. S. & Vizeu, F. (2012). Construção e uso de conceitos em estudos organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 577-598.

Oliveira, F. C. (2008). Administração política e teoria da organização: contribuições históricas de autores brasileiros. *Revista Brasileira d Administração Política*, 1(1), 159-188.

Pang, E. S. (1979). *Coronelismo e Oligarquias: 1889-1943, A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Pesavento, S. J. (2000). (Org.). Apresentação. In: S. J. Pesavento. *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura* (pp. 6-12). Porto Alegre: UFRGS.

Pesavento, S. J. (1998). Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: J. Leenhardt & S. J. Pesavento (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária* (pp. 17-40). Campinas: UNICAMP.

Pesavento, S. J. (1995). Região e nação: as releituras do Brasil em tempo de democracia. *Humanas – Globalização, Nacionalismo e Regionalismo*, 18(1/2), 109-119.

Pieranti, O. P. (2008). A metodologia historiográfica na pesquisa em administração: uma discussão acerca dos princípios e de sua aplicabilidade no Brasil contemporâneo. *Cadernos EBAPE.BR*, 6(1), 1-12.

Pieranti, O. P. (2005). *Políticas públicas para radiodifusão e imprensa: ação e omissão do Estado no Brasil pós-1964*. Dissertação de mestrado, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



Pinto, F. L. B. (2013). *Administração política brasileira: novos objetos e novas abordagens: uma aproximação ao pensamento de Jorge Amado*. Dissertação de mestrado, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Prado Júnior, C. (1981). *História econômica do Brasil* (26a ed.). São Paulo: Brasiliense.

Prado Júnior, C. (1979). *Evolução política do Brasil e outros estudos* (11a ed.). São Paulo: Brasiliense.

Prigol, V. (2000). Literatura, história e leitor. *Cadernos do CEOM*, 14(12), 79-87.

Ribeiro, E. M. (2011). Encontro de Administração Política de Garanhuns: bases para a formação de uma rede social para o desenvolvimento do Brasil. *Revista Brasileira de Administração Política*, 4(1), 49-64.

Ribeiro, E. M. (2001). Los modelos de administracion política brasileño y español. *Revista de Administración Pública*, 35(5), 79-133.

Ribeiro, J. U. (2006a). Política e administração. *Organizações & Sociedade*, 13(37), 165-193.

Ribeiro, J. U. (2006b). Política e administração. *Organizações & Sociedade*, 13(38), 169-198.



Rigo, A. S. (2012). O que as crônicas de Machado de Assis nos contam sobre a Administração Política? *Revista Brasileira de Administração Política*, 5(2), 65-82.

Santos, B. S. (2010). *Um discurso sobre as ciências* (7a ed.). São Paulo: Cortez.

Santos, E. L. (2012). Contribuições da administração política para campo da administração: percursos e percalços. *Anais do Colóquio Internacional de Poder Local*, Salvador, BA, Brasil, XII.

Santos, E. L., Santana, W. G. P., Santos, R. S., & Braga, V. (2014). Contribuições da administração política para o campo da administração. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 3(2), 183-200.

Santos, R. S. (2009a). O contexto da criação e o desenvolvimento epistemológico da EA/UFBA. *Revista Brasileira de Administração Política*, 2(2), 123-132.

Santos, R. S. (Org.). (2009b). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Mandacaru/Hucitec.

Santos, R. S. (2001). Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. *Revista de Administração Pública*, 35(5), 50-77.



Santos, R. S., Ribeiro, E. M., & Santos, T. C. S. (2009). Bases teórico-metodológicas da administração política. *Revista de Administração Pública*, 43(4), 919-941.

Santos, R. S., Gomes, F. G., Santos, T. C. S., Ribeiro, E. M., & Andrade Filho, L. M. (2016). A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(4), 1012-1034.

Santos, R. S., Gomes, F. G., Santos, T. C. S., Ribeiro, E. M., & Andrade Filho, L. M. (2012). *Carta de Campina Grande*. Campina Grande. (mimeo).

Santos, R. S., Gomes, F. G., Santos, T. C. S., Ribeiro, E. M., & Andrade Filho, L. M. (2011). *Carta de Juazeiro do Norte*. Juazeiro do Norte. (mimeo).

Santos, R. S., Gomes, F. G., Santos, T. C. S., Ribeiro, E. M., & Andrade Filho, L. M. (2010). *Manifesto da administração política para o desenvolvimento do Brasil*. Salvador. (mimeo).

Santos, R. S. & Ribeiro, E. M. (1993). A administração política brasileira. *Revista de Administração Pública*, 27(4), 102-135.

Santos, E. L., Santos, R. S., Braga, V. L. (2014). O campo científico da administração: percursos e percalços. *Anais do Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia das Ciências da Administração*, Florianópolis, Sc, Brasil, IV.

Sarlo, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG.

Schwarcz, L. M. (2001). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarcz, L. M. (2001). Apresentação à edição brasileira. In: M. Bloch. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador* (pp. 7-12). Rio de Janeiro: Zahar.

Shaff, A. (1995). *História e verdade* (6a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Sousa, A. P. (2001). *Tensões do tempo: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado*. Ilhéus: Editus.

Starobinski, J. (1976). A literatura: o texto e o seu intérprete. In: J. Le Goff & P. Nora. *História: novas abordagens* (pp. 132-143). Rio de Janeiro: Francisco Alves.



Vizeu, F. (2010). Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Administração de Empresas*, 50(1), 36-46.

Vizeu, F. (2007). Em algum lugar do passado: contribuições da pesquisa histórica para os estudos organizacionais brasileiros. In: *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXI.

História e Literatura e Estudos Organizacionais: novos olhares sobre as obras de Jorge Amado

Resumo

Nosso texto apresenta algumas reflexões sobre as inter-relações possíveis entre as abordagens da História, da Literatura e da Administração Política, buscando produzir novas possibilidades de interpretação do pensamento administrativo brasileiro. Esse exercício é realizado pela análise de obras selecionadas de Jorge Amado, com especial ênfase na literatura do ciclo de formação sócio histórica da economia do Cacau, na região sul baiana. O mergulho na literatura amadiana contribuiu para uma melhor compreensão dos valores que fundamentaram a organização social e sustentaram a reprodução e consolidação de um padrão de gestão das relações sociais de produção, circulação e distribuição fundados em princípios sócios econômicos, políticos, culturais e administrativos tradicionais brasileiros, de influencia colonial e imperialista.

Palavras-chave

História. Literatura. Administração Política. Pensamento Administrativo Brasileiro. Jorge Amado.

History, literature and organization studies: new looks on Jorge Amado's literature

Abstract

Our text presents some reflections on the possible interrelations between the approaches of History, Literature and Political Administration, seeking to produce new possibilities of interpretation of Brazilian administrative thinking. This exercise is carried out by the analysis of selected works by Jorge Amado, with special emphasis on the literature of social historical formation cycle of the Cacao economy, in the south of Bahia. The dip in Amadian literature contributed to a better understanding of values that underpinned social organization and supported the reproduction and consolidation of a pattern of management of social relations of production, circulation and distribution based on Brazilian economic, political, cultural and administrative principles, of colonial and imperialist influence.

Keywords

History. Literature. Political management. Brazilian administrative thinking. Jorge Amado.

Historia, literatura y estudios organizacionales: nuevas miradas sobre las obras de Jorge Amado

Resumen

Nuestro texto presenta algunas reflexiones sobre las interrelaciones posibles entre los enfoques de la Historia, de la Literatura y de la Administración Política, buscando producir nuevas posibilidades de interpretación del pensamiento administrativo brasileño. Este ejercicio es realizado por el análisis de obras seleccionadas de Jorge Amado, con especial énfasis en la literatura del ciclo de formación socio histórica de la economía del Cacau, en la región sur de Bahía. El buceo en la literatura amadiana contribuyó a una mejor comprensión de los valores que fundamentaron la organización social y sostener la reproducción y consolidación de un patrón de gestión de las relaciones sociales de producción, circulación y distribución fundadas en principios socioeconómicos, políticos, culturales y administrativos tradicionales brasileños, de influencia colonial e imperialista.

Palabras clave

Historia; Literatura; Administración Política; Pensamiento Administrativo Brasileño; Jorge Amado.



Autoria

Fabiane Louise Bitencourt Pinto

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Gestora Governamental da Secretaria de Administração do Estado da Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/2104317192318325>. <https://orcid.org/0000-0003-1026-3966>. E-

mail: fabiane_louise@yahoo.com.br.

Elizabeth Matos Ribeiro

Doutora em Ciências Políticas e da Administração pela Universidade de Santiago

de Compostela. Professora Associada da Universidade Federal da Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/8446377792278288>. <https://orcid.org/0000-0003-4976-9761>. E-

mail: ematos@ufba.br.

Endereço para correspondência

Não informado.

Como citar esta contribuição

Pinto, F. L. B. & Ribeiro, E. M. (2018). História, literatura e estudos organizacionais: novos olhares sobre as obras de Jorge Amado. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(12), 198-267.

Contribuição Submetida em 14 jan. 2016. Aprovada em 1 abr. 2017. Publicada online em 21 maio 2018. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 5 | N. 12 | ABRIL | 2018 | ISSN: 2358-6311